

Relatório da Administração

Senhores acionistas e clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A., anteriormente denominado Banco Bonsucesso S.A., relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e seus comparativos com o ano de 2016.

Em 2017, com maior estabilidade econômica no mercado interno, observamos uma forte redução das pressões inflacionárias, o que propiciou uma queda substancial nas taxas de juros. Este ambiente reforçou a confiança na economia brasileira e abriu espaço para o início de um ciclo pró investimentos e emprego, em que pese algumas incertezas relacionadas ao cenário político – eleições – e à reforma da previdência, que acabou sendo postergada.

O Banco BS2 manteve seu foco de atuação nos segmentos de crédito, serviços de câmbio e meios de pagamento. A carteira de crédito da instituição, concentrada nos segmentos empresarial – pequenas e médias empresas – e de direitos creditórios – em grande parte Precatórios Federais e Estaduais, atingiu R\$ 842,1 milhões, representando um crescimento de 40,4% em relação a 31/12/2016.

Registramos 30% de crescimento nas nossas receitas de câmbio, em comparação com o ano de 2016.

No segmento de meios de pagamento (adquirência), processamos mais de R\$ 7 bilhões em operações de cartões de crédito e de débito em 2017, contra R\$ 227 milhões em 2016. Neste mesmo segmento, alcançamos R\$ 180 milhões na carteira de antecipação de recebíveis.

A captação acompanhou o crescimento da carteira de crédito, alcançando R\$ 1,9 bilhão (R\$ 1,4 bilhão em 2016), com um custo adequado à realidade, bastante eficiente em relação ao mercado e que remunera adequadamente os clientes investidores.

O lucro líquido foi de R\$ 48 milhões, com retorno anualizado de 13,3% ao ano. O capital social do BS2 foi ajustado para R\$ 201 milhões, decorrente da cisão da participação que detinha no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. para sua holding, a BBO Participações S.A., pertencente ao mesmo acionista controlador. Tal movimento dá ao BS2 melhores condições de investir em seus nichos de atuação e traz mais transparência nos resultados da instituição, que são agora 100% provenientes de suas linhas de negócios.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 234 milhões, já descontado dos dividendos e juros sobre o capital, relativos ao próprio exercício de 2017. O resultado refletiu os acertados investimentos em produtos e serviços geradores de receitas, com gestão eficiente do capital e resultados satisfatórios para investidores e acionistas.

Iniciamos 2018 com a abertura da BS2 Câmbio e Investimentos, uma DTVM que atuará no mercado de varejo de câmbio e na comercialização de diversos produtos de investimentos para clientes. A expansão das operações de varejo do banco se consolidará com o lançamento de sua plataforma digital ainda no primeiro semestre de 2018.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

A Administração.

Ativos totais

R\$ **3,5** bilhões

Captação total

R\$ **1,9** bilhão

Lucro líquido

R\$ **48** milhões

Patrimônio líquido

R\$ **234** milhões

Rating

FitchRatings

BBB (bra) | Foreign Currency: B+

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2017	2016 (Reapresentado nota 3)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2017	2016 (Reapresentado nota 3)
CIRCULANTE		2.358.276	790.787	PASSIVO CIRCULANTE		2.111.833	661.811
DISPONIBILIDADES	4	54.527	42.181	DEPÓSITOS		688.282	367.200
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	325.145	136.472	Depósitos à vista		52.718	34.868
Aplicações no mercado aberto		318.723	57.020	Depósitos interfinanceiros	11	98.521	81.327
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	6.422	79.452	Depósitos a prazo	11	537.043	251.005
Carteira própria		19.394	70.786	CAPTações NO MERCADO ABERTO			102.571
Vinculados à prestação de garantias		19.013	62.051	Carteira própria			102.571
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		381	8.735	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	12	49.737	13.022
Pagamentos e recebimentos a liquidar	13(d)(iii)	1.254.420	365	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		49.737	13.022
Depósitos no Banco Central		347	207	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		17.075	20.195
Correspondentes		267	158	Recursos em trânsito de terceiros		17.075	20.195
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	306.739	211.787	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		11.619	4.658
Operações de crédito		315.207	202.227	Empréstimos no exterior		11.619	4.658
Operações de crédito vinculadas a cessão		6.522	23.766	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6 (b)	105	77
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.990)	(14.206)	Instrumentos financeiros derivativos		105	77
OUTROS CRÉDITOS		375.626	287.418	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.345.015	154.088
Carteira de câmbio	8(a)	64.028	63.647	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		540	604
Rendas a receber	8(b)	21.262		Carteira de câmbio	13(a)	60.472	63.635
Negociação e intermediação de valores		6.117	336	Fiscais e previdenciárias	13(b)	6.409	5.907
Diversos	8(c)	290.346	230.194	Negociação e intermediação de valores		10.083	9.608
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8(c)	(6.127)	(6.759)	Dívidas subordinadas	13(c)	2.913	2.936
OUTROS VALORES E BENS	9	21.811	41.778	Diversas	13(d)	1.264.598	71.398
Outros valores e bens		20.310	40.875	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.192.647	950.441
Provisões para desvalorizações		(887)	(897)	DEPÓSITOS		871.115	628.738
Despesas antecipadas		2.388	1.800	Depósitos interfinanceiros	11	37.136	56.222
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.112.943	972.486	Depósitos a prazo	11	833.979	572.516
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	861	3.810	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	12	42.413	18.091
Aplicações em depósitos interfinanceiros		861	3.810	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		42.413	18.091
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	643.706	596.959	OUTRAS OBRIGAÇÕES		279.119	303.612
Carteira própria		392.029	260.723	Fiscais e previdenciárias	13(b)	4.189	1.599
Vinculados a compromissos de recompra		148.820	102.673	Dívidas subordinadas	13(c)	198.875	200.459
Vinculados à prestação de garantias		102.857	97.704	Diversas	13(d)	76.055	101.554
Instrumentos financeiros derivativos		115.702	77.892	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		8	22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	122.225	83.585	Resultados de exercícios futuros		8	22
Operações de crédito		1.036	6.911	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		234.325	489.712
Operações de crédito vinculadas a cessão		(7.559)	(12.604)	Capital de domiciliados no país	14(a)	201.721	300.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		351.241	291.804	Reservas de lucros		30.878	189.924
OUTROS CRÉDITOS		351.712	291.804	Ajuste a valor de mercado - TVM		1.726	(212)
Diversos	8(c)	(471)		TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.538.813	2.101.986
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8(c)	1.433	2.021				
OUTROS VALORES E BENS	9	1.433	2.021				
Despesas antecipadas							
PERMANENTE		67.594	338.713				
INVESTIMENTOS		36.615	316.039				
Participações em coligadas e controladas no país	10	35.210	314.819				
Outros investimentos		1.405	1.220				
IMOBILIZADO DE USO	2(i)	23.997	21.004				
Outras imobilizações de uso		31.411	27.179				
Depreciações acumuladas		(7.414)	(6.175)				
INTANGÍVEL	2(ii)	6.982	1.670				
Ativos intangíveis		9.177	2.439				
Amortização acumulada		(2.195)	(769)				
TOTAL DO ATIVO		3.538.813	2.101.986				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	300.000		33.059	125.364	52	458.475	
Ajuste a valor de mercado - TVM					(264)		
Lucro líquido do exercício						61.761	61.761
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			3.088	31.013		(34.101)	(34.101)
Juros sobre o capital próprio						(18.000)	(18.000)
Dividendos						(9.660)	(9.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	300.000		36.147	153.777	(212)	489.712	
Ajuste a valor de mercado - TVM					1.938	1.938	
Aumento de capital	189.712		(36.146)	(153.566)		48.066	(287.991)
Redução de capital	(287.991)						48.066
Lucro líquido do semestre						24.046	24.046
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			2.403	28.263		(30.666)	(30.666)
Juros sobre o capital próprio						(10.000)	(10.000)
Dividendos						(7.400)	(7.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		2.404	28.474	1.726	234.325	
Saldo em 30 de junho de 2017	300.000	189.712	1	211	555	24.020	514.499
Ajuste a valor de mercado - TVM					1.171		1.171
Aumento de capital	189.712	(189.712)					
Redução de capital	(287.991)						(287.991)
Lucro líquido do semestre						24.046	24.046
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas			2.403	28.263		(30.666)	(30.666)
Juros sobre o capital próprio						(10.000)	(10.000)
Dividendos						(7.400)	(7.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	201.721		2.404	28.474	1.726	234.325	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Segundo Semestre		Exercícios 2016 (Reapresentado nota 3)
		2017	2017	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		137.687	231.717	280.326
Operações de crédito	16	60.049	90.175	83.142
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	17	33.936	72.474	101.926
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2.543	9.772	(19.808)
Resultado de operações de câmbio		41.159	59.070	45.649
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros			226	69.417
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(95.779)	(176.545)	(178.711)
Operações de captação no mercado	18	(72.322)	(151.248)	(175.968)
Operações de empréstimos e repasses		(280)	(442)	(410)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	19	(806)	(2.329)	(8.254)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(22.371)	(22.526)	5.921
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		41.908	55.172	101.615
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(16.395)	309	(19.116)
Receitas de prestação de serviços	20	19.715	24.047	4.265
Rendas de tarifas bancárias		922	1.473	1.933
Despesas de pessoal	21	(26.234)	(45.764)	(39.803)
Outras despesas administrativas	22	(70.012)	(112.256)	(146.334)
Despesas tributárias	23	(8.327)	(14.395)	(16.401)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	5.451	20.283	8.956
Outras receitas operacionais	24	82.440	163.787	219.597
Outras despesas operacionais	24	(20.350)	(36.866)	(51.329)
RESULTADO OPERACIONAL		25.513	55.481	82.499
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.010	1.668	(1.047)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		26.523	57.149	81.452
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15(d)	(2.477)	(9.083)	(19.691)
Provisão para imposto de renda		(1.070)	(1.873)	(2.141)
Provisão para contribuição social		(816)	(1.297)	(1.329)
Ativo fiscal diferido		(591)	(5.913)	(16.211)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		24.046	48.066	61.761
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		596,02	1.191,40	1.029,35

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Segundo Semestre		Exercícios 2016 (Reapresentado nota 3)
		2017	2017	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		24.046	48.066	61.761
Lucro líquido		(14.711)	(42.593)	(100.478)
Ajustes ao lucro líquido				
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa		22.371	22.526	(5.921)
Variação cambial		(23.447)	(32.557)	(91.131)
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge		(1.541)	(3.772)	(9.009)
Reversão de provisão para contingências		(9.116)	(17.621)	(3.963)
Depreciação e amortização		1.879	3.198	1.653
Resultado de participação em controlada		(5.451)	(20.283)	(8.956)
Provisão para perda em títulos e valores mobiliários				628
Imposto de renda e contribuição social difer				

Um banco com 25 anos de conquistas e parcerias bem-sucedidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Em novembro de 2017 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a cisão parcial do patrimônio do Banco Bonsucesso S.A. mediante a versão de parcela do seu patrimônio para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital e aprovou a mudança da denominação social do Banco para Banco BS2 S.A..

O Banco BS2 S.A. ("Banco"), é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de aquisição, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito, tendo como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 19/03/2018.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados com resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM"; líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e

- Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(f) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cessão de crédito e precatórios

(i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrued*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas "pro rata" ao resultado do exercício.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

- Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

- Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro é contabilizado na rubrica "Operações de crédito vinculadas a cessão" em contrapartida do passivo "Obrigações por operações vinculadas a cessão". As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, registradas em "Rendas de operações de crédito", e em "Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão", respectivamente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(h) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 10.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde à diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(i) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "*impairment*" no resultado do exercício. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de "*impairment*". No exercício de 2017 foi realizada a avaliação e não foram identificados indícios de "*impairment*".

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda – 25%, e para a contribuição social – 15%.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

- Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

3 Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Os saldos das operações com precatórios, registradas anteriormente como "Títulos e Valores Mobiliários", foram reclassificados para "Outros Créditos" no montante de R\$ 362.148, bem como os resultados das operações com precatórios foram reclassificados de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez" para "Outras receitas operacionais" no montante de R\$91.933, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

Abaixo demonstramos os efeitos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado:

Balanço patrimonial

	Saldos originais divulgados	Ajustes	Saldos ajustados
Ativo			2016
Circulante	790.787		790.787
Disponibilidades	42.181		42.181
Aplicações interfinanceiras de liquidez	136.472		136.472
TVM e instrumentos financeiros derivativos	232.782	(161.997)	70.785
Relações interfinanceiras	365		365
Operações de crédito	211.787		211.787
Outros créditos	125.422	161.997	287.419
Outros valores e bens	41.778		41.778
Realizável a longo prazo	972.486		972.486
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.810		3.810
TVM e instrumentos financeiros derivativos	797.111	(200.152)	596.959
Operações de crédito	77.892		77.892
Outros créditos	91.652	200.152	291.804
Outros valores e bens	2.021		2.021
Permanente	338.713		338.713
Total do ativo	2.101.986		2.101.986
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	661.811		661.811
Exigível a longo prazo	950.441		950.441
Resultados de exercícios futuros	22		22
Patrimônio líquido	489.712		489.712
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.101.986		2.101.986

Demonstração do resultado

	Saldos originais divulgados	Ajustes	Saldos ajustados
Receitas da intermediação financeira (Resultado de operações com TVM)	372.259	(91.933)	280.326
Despesas da intermediação financeira	(178.711)		(178.711)
Resultado bruto da intermediação financeira	193.548	(91.933)	101.615
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacionais	(112.096)	91.933	(20.163)
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	81.452		81.452
Imposto de renda e Contribuição social	(19.691)		(19.691)
Lucro líquido do exercício	61.761		61.761
Lucro por lote de mil ações - R\$	1.029,35		1.029,35

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	2017	2016
Descrição		
Disponibilidade em moeda nacional	569	297
Disponibilidade em moeda estrangeira	53.958	41.884
Total de disponibilidades	54.527	42.181
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	318.723	57.020
Total	373.250	99.201

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(b).

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2017	2016
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	43.688	56.722
Letras do Tesouro Nacional	15.002	
Notas do Tesouro Nacional	260.033	298
Aplicações no mercado aberto	318.723	57.020
Depósitos interfinanceiros		
CDI Olé Bonsucesso Consignado (Nota 27(a))		79.452
CDI Caixa Econômica Federal	813	2.441
CDI Banco ABC	6.423	
Aplicações em moedas estrangeiras	47	1.369
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.283	83.262
Total	326.006	140.282
Circulante	325.145	136.472
Realizável a longo prazo	861	3.810

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2017	2016
Livres		
Cotas de fundos de investimentos	14.527	53.015
Letras Financeiras do Tesouro	389.374	257.800
Debêntures	6.513	11.332
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Vinculado a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro		102.672
Instrumentos financeiros derivativos		
Operações de Swap	102.857	97.704
Vinculado a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro	149.201	135.859
Certificados de depósitos bancários		8.735
Total	671.512	676.157
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(8.412)	(8.412)
Total	663.100	667.745
Circulante	19.394	70.786
Realizável a longo prazo	643.706	596.959

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	23.567		23.567	23.567				
Cotas de fundos de investimentos (i)	14.527		14.527	14.527				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040					
Títulos disponíveis para venda	545.068	20	545.088		121	4.118	132.736	408.113
Letras Financeiras do Tesouro (iv)	538.582	(7)	538.575		121	381	129.960	408.113
Debêntures	6.486	27	6.513			3.737	2.776	
Subtotal de títulos e valores mobiliários	568.635	20	568.655	23.567	121	4.118	132.736	408.113
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(8.412)		(8.412)	(8.412)				
Total de títulos e valores mobiliários	560.223	20	560.243	15.155	121	4.118	132.736	408.113

	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	62.055		62.055	62.055				
Cotas de fundos de investimentos (i)	53.015		53.015	53.015				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.04							

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *swaps*, futuros e termos, os quais estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e na BM&F-Bovespa. A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
ATIVO		
<i>Swap</i> - diferencial a receber	102.857	97.704
Total a receber	102.857	97.704
PASSIVO		
Obrigações por venda a termo	105	77
Total a pagar	105	77
Valor líquido	102.752	97.627

(i) *Swap*

Os *swaps* Dólar x CDI compõem, a estrutura de *hedge* de risco de mercado da captação externa, são custodiados pela CETIP e tem vencimento para 03/11/2020. Seu valor de referência está registrado em contas de compensação no montante de R\$ 102.180 (2016 – R\$ 104.947).

Descrição	2017			2016		
	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Ajuste a Receber						
<i>Swap</i> Dólar	198.689	201.787	3.098	202.482	203.395	913
Ajuste a Pagar						
<i>Swap</i> CDI	103.812	98.930	4.882	108.228	105.691	2.537
Total	94.877	102.857	7.980	94.254	97.704	3.450

(ii) Termo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco possuía posições vendidas em termos de euro, dólar canadense, libra esterlina e dólar australiano totalizando 4 contratos totalizando R\$ 105 (2016 – R\$ 77) com um valor de referência de R\$ 17.876 (2016 – R\$ 11.698). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa dessas moedas.

(iii) Futuros

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possuía uma posição vendida de 365 contratos futuros de dólar. Também possuía uma posição comprada de 45 contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. O Banco possuía uma posição comprada de 15 contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada. O resultado líquido positivo destas operações no exercício de 2017 foi de R\$ 2.629.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possuía uma posição vendida de 270 contratos futuros de dólar e 1 contrato de mini dólar futuro. Também possuía uma posição comprada de 65 contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. O Banco possuía uma posição comprada de 15 contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada. Além disso, há uma posição vendida de 85 contratos em futuro de Ibovespa com o intuito de *hedgear* cotas de fundo de investimento em ações. O resultado líquido positivo destas operações no exercício de 2016 foi de R\$ 10.851.

(iv) Derivativos utilizados como instrumentos de *hedge*

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* de risco de mercado, visando a proteção da variação cambial mais o cupom da captação externa, assim como o objeto de *hedge* estão representados como segue:

Descrição	Instrumentos	Vencimento	Indexadores e Taxas	Valor de Referência		Valor de Mercado	
				2017	2016	2017	2016
Objeto de <i>Hedge</i>	Captação Externa	03/11/2020	Passiva: variação cambial mais cupom	102.180	104.947	(201.787)	(203.395)
Instrumentos de <i>Hedge</i>	<i>Swaps</i> de Fluxo de Caixa	03/11/2020	Ativa: variação cambial mais cupom	102.180	104.947	201.787	203.395
			Passiva: %CDI			(98.930)	(105.691)
			Líquido: Variação cambial mais cupom	0	0	0	0

Para obtenção do valor de mercado das operações de *swap*, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela BM&F Bovespa, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

7 Operações de crédito e outros créditos

(a) Classificação por produto

	2017	2016
Setor Privado		
Crédito pessoal	33.429	43.899
Crédito pessoal vinculados a cessão	7.558	30.677
Capital de giro	371.517	212.522
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	30.519	23.651
Financiamento em moeda estrangeira	1.655	4.658
Desconto de títulos	309	1.081
Adiantamentos a depositantes	3	1
Total operações de crédito	444.990	316.489
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	9.700	
Precatórios (Nota 8(c))	438.894	362.149
Devedores por compra de valores e bens	866	199
Total outros créditos (*)	449.460	362.348
Total carteira de crédito	894.450	678.837
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(22.549)	(26.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos	(1.368)	
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.917)	(26.810)
Total	870.533	652.027
Circulante	499.273	373.982
Realizável a longo prazo	371.260	278.045

(*) Para fins de divulgação o saldo de "Adiantamentos sobre contratos de câmbio", "Precatórios" e "Devedores por compra de valores e bens", e suas respectivas provisões, são demonstrados nesta nota por terem característica de concessão de crédito.

(b) Cessão de créditos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco para a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. que na data da cessão totalizava R\$ 1.408 (2016 – R\$ 412.101) e foi recebido o montante de R\$ 1.631 (2016 – R\$ 480.574). Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 226 (2016 – R\$ 69.417) registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros" e um resultado negativo de R\$ 3 (2016 – R\$ 944) registrado na demonstração do resultado na rubrica "Despesas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros", vide nota 19(ii).

(c) Classificação por prazo

	2017	2016
A vencer com prazo indeterminado	438.894	362.149
A vencer até 90 dias	248.784	134.596
A vencer de 91 a 180 dias	41.018	40.398
A vencer de 181 a 360 dias	37.254	46.077
A vencer acima de 360 dias	123.853	90.496
Total de parcelas a vencer	889.803	673.716
Vencidas até 90 dias	2.112	3.190
Vencidas de 91 a 180 dias	1.525	1.293
Vencidas de 181 a 360 dias	812	566
Vencidas acima de 360 dias	198	72
Total de parcelas vencidas	4.647	5.121
Total	894.450	678.837

(d) Classificação por setor de atividade

	2017	2016
Indústria	18.544	9.989
Outros serviços	388.121	216.086
Pessoas físicas	48.891	90.613
Administração pública	438.894	362.149
Total	894.450	678.837

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	2017		2016	
		Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos
AA		166.120		362.348	
A	0,5	515.544	2.578	139.180	696
B	1	145.942	1.459	98.887	989
C	3	35.905	1.077	44.239	1.327
D	10	2.098	210	3.346	335
E	30	2.524	757	1.237	371
F	50	16.852	8.426	12.524	6.262
G	70	185	130	818	572
H	100	9.280	9.280	16.258	16.258
Total		894.450	23.917	678.837	26.810

(f) Classificação por níveis de risco e produto

Nível	2017					2016				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA			166.120		166.120			362.149	199	362.348
A	22.192	215.457	272.774	5.121	515.544	57.103	77.305		4.772	139.180
B	6.298	113.537		26.107	145.942	1.032	88.827		9.028	98.887
C	10.614	18.085		7.206	35.905	11.389	20.737		12.113	44.239
D	260	460		1.378	2.098	2.101	28		1.217	3.346
E	184			2.340	2.524	343	53		841	1.237
F	148	16.704			16.852	430	11.189		905	12.524
G	171			14	185	380	201		237	818
H	1.120	7.274		886	9.280	1.798	14.182		278	16.258
Total	40.987	371.517	438.894	43.052	894.450	74.576	212.522	362.149	29.590	678.837

(g) Concentração da carteira

	2017		2016	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	545.315	60,97	440.468	64,89
20 maiores devedores seguintes	174.101	19,46	108.662	16,01
50 maiores devedores seguintes	121.317	13,56	50.028	7,37
100 maiores devedores seguintes	27.171	3,04	12.369	1,82
Outros	26.546	2,97	67.310	9,91
Total	894.450	100,00	678.837	100,00

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo no início do exercício	26.810	44.425
Constituição (reversão) de provisão	23.187	(4.899)
Baixas de créditos para prejuízo	(26.080)	(12.716)
Saldo no fim do exercício	23.917	26.810

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi recuperado o montante de R\$ 28.687 (2016 – R\$ 9.828) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado um montante de R\$ 38.089 (2016 – R\$ 29.877) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 21.633 (2016 – R\$ 26.867).

8 Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

O saldo da carteira de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	2017	2016
Câmbio comprado a liquidar	46.674	40.503
Direitos sobre vendas de câmbio	23.892	23.144
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(6.625)	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	87	
Total	64.028	63.647

(b) Rendas a receber

"Rendas a receber" referem-se a dividendos a receber da coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. no montante de R\$ 1.290 e das controladas BS2 Tecnologia Ltda. e da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. no montante de R\$ 11.988 e R\$ 7.984, respectivamente.

(c) Diversos

	2017	2016
Créditos tributários (nota 15(a))	79.316	85.566
Devedores por depósitos em garantia (i)	19.024	20.665
Baixas sem financeiro (ii)	5.610	7.836
Impostos e contribuições a compensar (iii)	25.614	13.755
Títulos e créditos a receber (iv)	61.437	27.045
Precatórios (v)	438.894	362.149
Diversos	12.163	4.982
Total	642.058	521.998
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.598)	(6.759)
Total	635.460	515.239
Circulante	284.219	223.435
Realizável a longo prazo	351.241	291.804

(i) "Devedores por depósitos em garantia" são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2017	2016	2017	2016
Contingências tributárias (nota 13b(i))	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 13d(ii))	4.948	6.446	6.786	7.884
Contingências cíveis (nota 13d(i))	11.579	12.143	43.714	60.238
Outras	668	247		
Total	19.024	20.665	50.500	68.122

(ii) "Baixas sem financeiro" refere-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.

(iii) "Impostos e contribuições a compensar" refere-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.

(iv) "Títulos e créditos a receber" em 2017, refere-se a direitos de consorciados adquiridos pela cessão de cotas não contempladas ou desistentes. Os direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatório, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório. Em 2016 refere-se às aquisições de recebíveis oriundos dos serviços de liquidações de operações com cartão de crédito e débito dos estabelecimentos comerciais credenciados de nossa adquirencia.

(v) A carteira de precatórios, que anteriormente era classificada como títulos e valores mobiliários, foi reclassificada para outros créditos, sobre a qual o Banco classificou as operações com entes não federais sujeitas a uma provisão para perdas de 0,5% - rating "A", no valor de R\$ 1.364, a partir de 2017. Já as operações com entes federais não estão sujeitas a provisão e foram classificadas no rating "AA", conforme nota 7(a).

9 Outros valores e bens

	2017	2016
Bens não de uso próprio (i)	19.423	39.978
Comissões diferidas (ii)	170	647
Despesas antecipadas	3.651	3.174
Total	23.244	43.799
Circulante	21.811	41.778
Realizável a longo prazo	1.433	2.021

(i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

(ii) Referem-se ao diferimento das despesas de comissões e bônus sobre operações de crédito.

10 Investimentos em controladas e coligada

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido no exercício	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no exercício
Ramo financeiro						
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (*)						18.843
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	8.904.236	99,80	20.963	1.837	20.921	1.833
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.						

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016		2017		2018	
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido no exercício	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no exercício
Ramo financeiro						
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	139.997.860	40,00	676.062	13.580	270.425	5.433
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	8.904.236	99,80	27.126	2.379	27.072	2.375
Bonsucesso Asset - Administradora de Recursos S.A.	325.000	65,00	594	(126)	386	(89)
Ramo não financeiro						
Bonsucesso Informática Ltda.	999.000	99,90	16.507	1.289	16.490	1.287
Bonsucesso Controladoria Ltda.	197.500	98,75	452	(51)	446	(50)
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2.441			
Total					314.819	8.956

Em outubro de 2016, foi aprovado pelos acionistas do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. o aumento do capital social no montante de R\$ 50.000 por meio de aporte em dinheiro dos acionistas na proporção de sua participação, mediante emissão de 28.509.709 ações ordinárias nominativas. Assim, seu capital social passa para R\$ 400.000. Esta alteração foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em novembro de 2016.

Em setembro de 2016 houve a transformação da Bonsucesso Asset – Administradora de Recursos Ltda. para sociedade anônima.

Em junho de 2016, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A..

Em abril de 2016, o Banco Bonsucesso S.A. alienou 25.000 quotas do capital social da Bonsucesso Asset – Administradora de Recursos Ltda., reduzindo, assim, sua participação de 70,00% para 65,00%.

(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas:

	Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.		BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		BS2 Tecnologia Ltda.		Bonsucesso Controladoria Ltda.		BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.		Total
	Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Soluções de Pagamento S.A.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.		
Em 31 de dezembro de 2015	245.014	24.697			15.203	496	504	285.914			
Equivalência patrimonial	5.433	2.375			1.287	(50)	(89)	8.956			
Alienação de quotas							(29)	(29)			
Ajuste a valor de mercado - TVM de coligadas	(22)							(22)			
Aumento de capital	20.000							20.000			
Em 31 de dezembro de 2016	270.425	27.072			16.490	446	386	314.819			
Equivalência patrimonial	18.843	1.833	(263)	(306)	21	28	127	20.283			
Aquisição de quotas							59	59			
Baixa por cisão de quotas	(287.991)							(287.991)			
Dividendos	(1.290)	(7.984)			(11.988)		(206)	(21.468)			
Integralização de capital			4.995	4.500				9.495			
Ajuste a valor de mercado - TVM de coligadas	13							13			
Em 31 de dezembro de 2017		20.921	4.732	4.194	4.523	474	366	35.210			

11 Depósitos interfinanceiros e a prazo

	2017					2016				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros										
Flutuante	21.202	77.319	37.136		135.657	20.903	60.424		56.222	137.549
Depósitos a prazo (*)										
Pré-fixados	24.316	1.539	1.063		26.918	14.078	800	1.963		16.841
Flutuantes	87.730	423.458	811.334	21.582	1.344.104	78.233	157.894	531.225	39.328	806.680
	112.046	424.997	812.397	21.582	1.371.022	92.311	158.694	533.188	39.328	823.521

(*) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de operações com DPGE monta R\$ 108.340 (2016 – R\$ 98.120).

12 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos conforme quadro abaixo:

	2017		2016	
	Letras de crédito imobiliário	Letras financeiras	Letras de crédito imobiliário	Letras financeiras
	90.514	1.636	30.545	568
Total	92.150	1.636	31.113	568
Circulante	49.737	1.636	13.022	568
Exigível a longo prazo	42.413	0	18.091	0

13 Outras obrigações**(a) Carteira de câmbio**

	2017		2016	
	Câmbio vendido a liquidar	Obrigações por compras de câmbio	Câmbio vendido a liquidar	Obrigações por compras de câmbio
	23.831	46.255	23.160	40.475
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio		(9.614)		
Total	23.831	36.641	23.160	40.475

(b) Fiscais e previdenciárias

	2017		2016	
	Provisão para impostos e contribuições	Impostos e contribuições a recolher	Provisão para impostos diferidos	Provisão para impostos diferidos
	189	6.055	5.907	4.354
Total	10.598	6.409	7.506	5.907
Circulante	6.409	6.409	5.907	5.907
Exigível a longo prazo	4.189	0	1.599	0

(c) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

O valor restante da emissão, equivalente a US\$ 5.000, estava classificado como "Recursos de aceites e emissão de títulos" e foi liquidado em setembro de 2012.

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

Histórico de recompras da dívida subordinada	US\$ Mil	
	Recompras	Saldo
Principal da dívida		120.000
Autorização BACEN em agosto de 2012	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	
	20.000	100.000
Autorização BACEN em julho de 2013	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
	20.000	80.000
Autorização BACEN em maio de 2015	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
1º semestre de 2017	874	
	20.000	60.000
Autorização BACEN em janeiro de 2017	10.000	
Recompras em:		
1º semestre de 2017	731	
	731	59.269

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as recompras da dívida subordinada geraram um ganho, conforme demonstrado na nota 24.

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois swaps cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 6(b).

As dívidas subordinadas são compostas como segue:

	Datas de		Saldo em US\$		Saldo em R\$		
	Taxa anual	Emissão	Vencimento	2017	2016	2017	2016
9,25%		03/11/2010	03/11/2020	60.137	61.766	201.788	203.395
Circulante				868	892	2.913	2.936
Exigível a longo prazo				59.269	60.874	198.875	200.459

(d) Diversas

	2017		2016	
	Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 27(a))	Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	Passivos contingentes (i)	Prestações recebidas e pendentes de baixa
	5.837	10.772	50.500	68.122
Ordens de pagamento	5.542	208	737	1.191
Repasses Projeto Minha Casa Minha Vida	8.130	160.680	8.130	33.923
Obrigações por operações vinculadas a cessão (Nota 2 (f))	1.058.691	24.102	15.454	7.085
Valores a repassar por operações de aquisição (ii)				
Obrigações por transações de pagamento (iii)				
Valores de tarifas a devolver				
Outros (iv)				
Total	1.340.653	172.952	1.264.598	71.398
Circulante	76.055	101.554		

Exigível a longo prazo

(i) A administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão conforme aplicável. Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão contábil e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 6.965 (2016 – R\$ 8.546).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso classificado e de valores individuais não relevantes. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro a média da perda verificada temporariamente e aplicada na base do total dos casos ativos. Dessa forma, o Banco não quantifica perdas prováveis para tais ações.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	2017			2016		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	7.884	60.238	68.122	11.879	60.206	72.085
Movimentação refletida no resultado:						
Constituição	412	788	1.200	1.447	9.196	10.643
Reversão / baixa	(1.510)	(17.312)	(18.822)	(5.442)	(9.164)	(14.606)
Saldo no fim do exercício	6.786	43.714	50.500	7.884	60.238	68.122

(ii) "Valores a repassar por operações de aquisição" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

(iii) "Obrigações por transações de pagamento" refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (aquisição) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões.

(iv) "Outros" em 31 de dezembro de 2017 inclui a provisão específica para garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 3, sendo R\$ 2 garantindo o montante de R\$ 421 referente a garantias vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras e R\$ 1 garantindo o montante de R\$ 120 referente a outras garantias financeiras prestadas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

14 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 31 de maio de 2017, foi aprovado o aumento do capital social do Banco para R\$ 489.712. O aumento, no montante de R\$ 189.712, foi integralizado mediante a incorporação de parte das reservas Legal e Estatutária. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 28 de julho de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2017, foi realizada a cisão parcial do patrimônio Banco para sua controladora integral BBO Participações S.A., consistente na participação de 40% da participação no capital do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. reduzindo assim seu capital no montante de R\$ 287.991.

Assim, em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado está representado por 40.344.194 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado era representado por 60.000 mil ações, sendo 45.000 mil ações ordinárias nominativas e 15.000 mil ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

No exercício de 2017, foram pagos juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.000 (2016 - R\$ 18.000), correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 8.500 (2016 – R\$ 15.300) formalizado em Ata da Reunião da Diretoria. O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95.

No exercício de 2017, também foram pagos um montante R\$ 7.400 (2016 – R\$ 12.260) referente a dividendos, sendo R\$ 7.400 (2016 – R\$ 9.660) referente a dividendos do exercício e em 2016 R\$ 2.600 referente a dividendos extraordinários, todos formalizados em Ata da Reunião da Diretoria.

15 Imposto de renda e contribuição social**(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos dos créditos tributários (Nota 8) apresentam-se como segue:

	2017		2016	
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa
Saldo no início do exercício	61.438	24.129	85.567	76.999
Constituição	18.503		18.503	24.166
Utilização	(24.220)	(534)	(24.754)	(39.727)
Saldo no fim do exercício	55.721	23.595	79.316	61.438

(b) Movimentação dos créditos tributários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa
Saldo no início do exercício	61.438	24.129	85.567	76.999
Constituição	18.503		18.503	24.166
Utilização	(24.220)	(534)	(24.754)	(39.727)
Saldo no fim do exercício	55.721	23.595	79.316	61.438

(c) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Receitas de operações de crédito

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Crédito pessoal	5.961	13.941	32.306
Empresarial	27.039	47.385	40.510
Cartões de crédito			197
Financiamento em moeda estrangeira			301
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	27.049	28.687	9.828
Total	60.049	90.175	83.142

17 Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.779	14.974	28.349
Títulos e valores mobiliários	25.157	57.500	73.577
Total	33.936	72.474	101.926

18 Despesas de operações de captação no mercado

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Despesas de títulos emitidos no exterior	9.088	20.801	35.562
Despesas de depósitos a prazo	54.122	110.180	109.394
Despesas de depósitos interfinanceiros	4.933	11.107	20.384
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	2.966	5.438	3.162
Outras despesas de captação	1.213	3.722	7.466
Total	72.322	151.248	175.968

19 Despesas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão (i)	806	2.326	7.310
Prejuízos em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (ii)		3	944
Total	806	2.329	8.254

(i) Refere-se a despesas com o reconhecimento pró-rata das obrigações assumidas com cessões de créditos, de acordo com a Resolução CMN 3.533/08.

(ii) Prejuízos com cessões de créditos sem retenção de risco com a coligada Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. conforme descrito na nota 7(b).

20 Receitas de prestação de serviços

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Rendas por serviços de pagamento (i)	6.788	10.899	215
Rendas de cobrança	235	349	362
Rendas de serviços prestados a ligadas	14	27	2.798
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)	11.757	11.757	
Diversas	921	1.015	890
Total	19.715	24.047	4.265

(i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

(ii) O Banco pode adquirir créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações de aquisição, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificada de "Outras receitas operacionais" nota 24(iii) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

21 Despesa de pessoal

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Honorários	3.982	7.239	6.163
Benefícios	2.032	3.841	3.514
Encargos Sociais	4.614	8.759	7.875
Proventos	15.269	25.359	21.736
Treinamento	219	352	152
Estagiários	118	214	363
Total	26.234	45.764	39.803

22 Outras despesas administrativas

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Comissão a correspondente	213	580	32.495
Consultoria comercial	326	704	1.472
Prestação de serviços	37.943	56.968	69.928
Processamento de dados	16.311	28.550	16.285
Comunicação	2.020	3.921	6.766
Aluguel	1.370	2.117	1.718
Depreciação e amortização	1.879	3.198	1.653
Propaganda e publicidade	2.053	2.514	1.024
Transportes	3.120	5.613	2.855
Manutenção e conservação de bens	1.320	2.027	6.563
Outros	3.457	6.064	5.575
Total	70.012	112.256	146.334

23 Despesas tributárias

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Despesas tributárias	1.804	3.542	4.884
ISSQN	481	736	310
Cofins	5.198	8.703	9.640
PIS	844	1.414	1.567
Total	8.327	14.395	16.401

24 Outras receitas e despesas operacionais

	Segundo Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Outras receitas operacionais			
Recuperação de despesas comerciais	13	142	1.771
Recuperação/reversão de despesas de provisões operacionais (i)	9.200	17.705	8.842
Varição monetária e cambial ativa	473	756	59.658
Ganho com recompra da dívida subordinada		257	5.081
Rebate de contratos cedidos (ii)	7.367	18.370	26.607
Resultado operações com precatórios	61.487	111.363	91.932
Receitas com operações de aquisição de recebíveis (iii)		4.760	710
Outras	3.900	10.434	24.996
Total	82.440	163.787	219.597
Outras despesas operacionais			
Despesas de provisões operacionais (i)	(5)	(5)	(32)
Varição monetária e cambial passiva	(232)	(232)	(834)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(1.588)	(1.828)	(1,012)
Ajuste a valor de mercado da captação externa	221	(758)	(1,511)
Perdas com processos trabalhistas	(1,983)	(3,208)	(5,908)
Perdas com processos civis	(14,085)	(26,539)	(26,789)
Outras	(2,678)	(4,296)	(15,243)
Total	(20,350)	(36,866)	(51,329)

(i) "Recuperação/Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências civis e trabalhistas.

(ii) "Rebate de contratos cedidos" refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R\$ 1,00 cada contrato.

(iii) O Banco pode adquirir créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações de aquisição, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita, reclassificada para "Receitas de prestação de serviços" nota 20(ii) por determinação do BACEN pela carta circular 3.828 de 19 de junho de 2017.

25 Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros no montante de R\$ 24.000, com vigência para o período de 31/01/2017 a 31/01/2018 conforme apólice (31/01/2016 a 31/01/2017 – R\$ 30.000), para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

26 Instrumentos financeiros

O Banco avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros buscando eventualmente oportunidade de mercado com operações de tesouraria, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

(i) Títulos e valores mobiliários

O Banco possui perfil de investimentos em títulos públicos federais, ações e em certificados de depósitos bancários de empresas e instituições financeiras consideradas de baixo risco pela Administração.

(ii) Operações de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco diversificou sua carteira de crédito com produtos de câmbio e Empresarial.

(iii) Depósitos

As captações ocorrem principalmente através de depósitos a prazo e através das cessões de crédito. As taxas dos depósitos e as necessidades de caixa são monitoradas pela Administração.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Instituição possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Vide detalhes na nota 6(b).

27 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e operações mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Segundo Semestre		Receitas (Despesas)	
	Ativos (Passivos)	2017	2017	Exercícios
	2017	2016	2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	79.452			10.425
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	79.452			10.425
Outros Créditos	1.921	2.022		
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	70			
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	47			
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	2			
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	1			
Bonsucesso Controladoria Ltda.	1			
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	1.800	2.022		
Depósitos à vista	(304)	(205)		
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(14)			
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	(64)			
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	(11)	(147)		
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	(9)	(6)		
BS2 Tecnologia Ltda.	(32)	(7)		
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	(174)	(45)		
Depósito a prazo (i)	(9.517)	(5.259)	(490)	(803)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(494)		(43)	(43)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	(3.811)		(231)	(251)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	(501)	(520)	(30)	(67)
BS2 Tecnologia Ltda.	(4.244)	(4.337)	(167)	(399)
Bonsucesso Controladoria Ltda.	(467)	(402)	(19)	(43)
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.				(52)
Bonsucesso Tecnologia Ltda.				(88)
				(28)
Outras obrigações	(5.848)	(4.208)		
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	(328)			
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	(11)			
Bonsucesso Tecnologia Ltda.		(118)		
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	(5.509)	(4.090)		
Receita de Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros				226
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.				226
Despesa de Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros				(4)
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.				(4)
Outras receitas operacionais			7.367	18.370
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			7.367	18.370
Outras despesas administrativas (ii)			(7.169)	(11.450)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.			(245)	(304)
Bonsucesso Tecnologia Ltda.				(986)
BS2 Tecnologia Ltda.			(4.344)	(8.136)
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.				(668)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.			(2.580)	(3.010)
(i) Os depósitos a prazo e interfinanceiros são pós-fixados e sua remuneração tem como base, em média, a variação do CDI.				
(ii) As despesas administrativas referem-se principalmente ao pagamento pela prestação de serviços de natureza administrativa.				
(b) Remuneração do pessoal chave da Administração				
A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:				
	Segundo Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2017	2016
Honorário	3.982	7.239	6.163	
Participação nos lucros e resultados	1.118	1.118	986	
Encargos sociais	1.079	2.083	1.743	
Total	6.179	10.440	8.892	

Receita de Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

II - Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de Liquidez - É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV - Risco Operacional - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

Em consonância com a Resolução CMN nº. 3.380/06, o Banco definiu sua política de gerenciamento de risco operacional, na qual as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura estão descritos. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos a risco operacional.

A partir de dezembro de 2009, o Banco adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco Operacional são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa na seção "Gerenciamento de Risco Operacional" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Continuidade de Negócios - GCN

O Banco conta com um centro de processamento de dados alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

Diretoria

Gabriel Pentagna Guimarães - Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães Martini - Diretora Vice-Presidente Executiva

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Executiva

Francisco Ferreira Neto - Diretor Executivo

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior - Diretor Executivo

Conselho de Administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Presidente

João Claudio Pentagna Guimarães - Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães - Conselheiro

Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques - Conselheira

Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar - Conselheira

Luiz Flávio Pentagna Guimarães - Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite

Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A. (Anteriormente denominado Banco Bonsucesso S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco BS2 S.A. em 31 de dezembro de 2017 não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 2(g), 7)</p> <p>A carteira de crédito do Banco é composta, principalmente, por operações com empresas de médio porte e por operações de crédito consignado. A mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito.</p> <p>O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisão para crédito de liquidação duvidosa consideravelmente diferente.</p> <p>Considerando a relevância da provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento do processo aplicado no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iii) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da PCLD com as normas do Banco Central do Brasil; iv) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; v) cálculo do valor da provisão; vi) conciliação dos valores calculados de PCLD e os valores contabilizados; e vii) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Os resultados dos nossos procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.</p>
<p>Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2(i) e 15)</p> <p>O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco apresentará lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 3.059/02 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela administração.</p> <p>Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil.</p> <p>Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pela administração e analisamos as premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável.</p> <p>Testamos as principais premissas adotadas pela administração nas projeções de resultados, bem como envolvemos nossos especialistas para análise dos aspectos tributários.</p> <p>Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações auditadas, bem como consideramos que as premissas adotadas na elaboração do estudo de projeção de lucro tributário futuro são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>
<p>Ambiente de tecnologia de informação (Nota explicativa 29)</p> <p>O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.</p> <p>Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.</p> <p>Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados. Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.</p> <p>Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base para o resultado de nossa auditoria para as demonstrações financeiras.</p>



A metodologia da gestão da Continuidade de Negócios permite ao Banco planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

Em consonância com a Resolução CMN nº. 3.464/07 e com a Resolução CMN nº 4.090/12, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Conglomerado Prudencial BS2 e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos de Mercado e Liquidez são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Gerenciamento de Risco de Mercado" e na seção "Gerenciamento de Risco de Liquidez" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Em consonância com a Resolução CMN nº. 3.721/09, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco de Crédito são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Gerenciamento de Risco de Crédito" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Em 23 de fevereiro de 2017 o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº 4557, que dispõe da estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, que consolidou as normas relativas a estes temas. Esta resolução entrou em vigor em 18/02/2018. O Banco contratou consultoria especializada para implementar todas as medidas necessárias para o pleno atendimento dos requisitos da nova legislação, devidamente aprovada pela Administração.

Além disso, também é feita a divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" em seu site em Governança Corporativa, na seção "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.678/13 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios. (Notas explicativas 7(a) e 8(c))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que envolve a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, aprovação, registro e divulgação.

Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considerou: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados ("*backtesting*"); e iii) análises a razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2018.
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Augusto da Silva
Contador CRC: 1SP197007/O-2



Vem aí o Hub financeiro que fecha com você!

bs2

Acesse bs2.com e saiba mais.



@BS2Hub